

TRÊS PERGUNTAS A...



NUNO DE VILLALOBOS

Director do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD)

“O sucesso da arbitragem fiscal está nas mãos dos árbitros”

O director do Centro de Arbitragem Administrativa, Nuno de Villalobos, recusa que os tribunais arbitrais gerem mais procura e não resolvam o problema da morosidade dos tribunais.

Como responde às críticas segundo as quais a arbitragem fiscal não é solução para a morosidade da justiça e pode até gerar mais procura?

Em democracia, qualquer medida legislativa inovadora deve ser objecto de discussão pública e, como tal, alvo de críticas. O regime legal foi elaborado para responder, não só, mas também, à morosidade da justiça fiscal. Tenho testemunhado um enorme entusiasmo em torno do projecto. O reflexo mais óbvio é o número e a qualidade excepcional das pessoas que manifestaram interesse em aderir ao projecto como árbitros. A partir daqui, o sucesso da arbitragem tributária está em larga medida nas mãos destas pessoas. Não tenho por isso nenhuma razão para crer – muito pelo contrário – que não será bem sucedido. Por outro lado, não vejo como é que um meio célere e eficaz

de resolução de litígios pode gerar mais procura – ou seja – mais litígios. Usando o argumento ‘ad absurdum’, acabaríamos por concluir que quanto mais bem apetrechado estivesse o sistema judicial, maior seria o problema da Justiça.

Há também quem aponte o risco de haver problemas de imparcialidade por parte dos árbitros...

Os árbitros, além de estarem sujeitos ao apertado regime de impedimentos previsto na lei, devem ainda obedecer ao Código Deontológico do CAAD. Este código é bastante exigente e foi aprovado

As decisões finais serão tornadas públicas, contribuindo para um processo mais transparente.

pelo Conselho Deontológico do Centro. Além disso, é apenas elegível como árbitro quem tiver comprovada idoneidade moral, experiência profissional e sentido de interesse público. Acresce que as decisões finais serão tornadas públicas, o que também contribuirá para a transparência do processo. **Na área da justiça fiscal quais deveriam ser as prioridades do novo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais?**

Uma das prioridades será o combate à morosidade da justiça fiscal. A arbitragem é uma arma ao serviço desse combate. Claro que é necessária alguma cautela na forma como é implementada para não a desvirtuar. Acredito que os responsáveis máximos das pastas da Justiça e dos Assuntos Fiscais estarão atentos e terão a determinação necessária para implementar o projecto. ■